

Sarney resolve disputar no plenário

O presidente José Sarney voltou atrás, após autorizar políticos claramente comprometidos com o presidencialismo a aceitarem o parlamentarismo, como meio de para ganhar o mandato de cinco anos, e mandou interromper todas as negociações pelo menos até terça-feira, quando

o sistema de governo vai à votação na Constituinte. A mudança, que, segundo um interlocutor muito próximo do presidente, "gerou um clima de samba do crioulo doido em Brasília", aconteceu no fim da tarde de ontem. Quase no mesmo momento, e pela primeira vez, o

multipartesidente Ulysses Guimarães admitiu que a tese do parlamentarismo com cinco anos para Sarney está crescendo na Constituinte, mas recomendou cautela na tomada de decisões, explicando que mudar de sistema de governo "não é o mesmo que trocar de cami-

sa". E o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, confidenciou ao deputado José Geraldo (PMDB-MG), durante audiência, ontem, no QG: "O que importa é evitar eleição este ano. Se o parlamentarismo é uma forma de conseguir isso, tudo bem".



Luis Tajos

Em reunião agitada com Ulysses, os líderes decidem continuar debate na terça-feira

A voz de Antônio Carlos: não ao parlamentarismo

JOSÉ NEUMANNE PINTO

Após haver autorizado políticos claramente comprometidos com o presidencialismo — como o governador Miguel Arraes e o deputado Expedito Machado — a aceitarem o parlamentarismo como forma para ganhar o mandato de cinco anos, o presidente José Sarney voltou atrás. Ontem, no fim da tarde, ele decidiu não negociar mais sua posição, que é presidencialista, pelo menos até terça-feira, quando o sistema de governo vai à votação no plenário da Constituinte. Segundo um interlocutor muito próximo do presidente da República, esta mudança, que gerou um clima de "samba

peito ao presidente a troca do mandato maior pelo parlamentarismo. O porta-voz dos "falcoes", aqueles que não admitem negociação, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, também voltou a dar entrevistas triunfalistas garantindo a vitória completa da tese do Planalto — cinco anos com presidencialismo.

Mas a brusca decisão do presidente de não negociar pegou de surpresa os presidencialistas mais fiéis e seus ministros políticos, que se alinharam entre as "pombas", ou seja, os favoráveis à negociação. No primeiro caso está o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Con-

como o ministro da Saúde, Borges da Silva, e o líder do Centro Democrático, deputado Expedito Machado — começassem a receber recados do Palácio do Planalto de que os canais de negociação deveriam ser novamente entupidos. Segundo um desses negociadores, "a solução foi todo mundo se esconder, uma vez que tudo já havia sido instalado na direção oposta". Esse negociador concordou ontem com a observação feita por um interlocutor do presidente: "Instalou-se definitivamente a confusão. Tudo está turvo, as coisas só vão se esclarecer mesmo depois da votação de terça-feira. Hoje ninguém se entende. Isso aqui está uma verdadeira baderna. O melhor é se recolher e não falar nada".

A nova tática é de autoria do "vice-rei" do governo federal, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, principal líder dos "falcoes". E reza que o atual objetivo é forçar a "negociação compulsória". De acordo com um ex-negociador, agora em silêncio, a tática se resume ao seguinte: "Cada parlamentar vai à votação de terça-feira comprometido apenas com suas próprias convicções. O placar final da votação mostrará definitivamente o número de fichas que cada grupo tem. Aí a negociação vai ser uma necessidade, pois sem ela não se transporá o buraco negro".

Um observador da cena, normalmente discreto, ontem quase invisível e inaudível em seu posto, completou o raciocínio: "Não existem mais partidos políticos nem lideranças formais. Ninguém está disposto a assumir o ônus de servir de interlocutor para uma negociação desse tipo. Então, talvez escrevendo por linhas tortas, o presidente tenha produzido o texto certo. Quero dizer é que, na ausência de um interlocutor, a negociação fica impossível, mas, depois da votação, ela se torna inevitável. Então alguma solução será adotada".

A brusca reviravolta da decisão presidencial de não mais negociar o sistema de governo, para garantir os cinco anos de mandato, é a primeira derrota séria que o ex-deputado Thales Ramalho sofre após assumir seu posto de assessor especial no Palácio do Planalto. "Thales foi nomeado para ser um conselheiro do presidente da República. Ele aconselhou Sarney a negociar, depois de analisar bem a situação no Congresso e tomar conhecimento de que havia realmente uma tendência predominante e crescente por uma solução híbrida (parlamentarismo com cinco anos) na Constituinte. Sarney ouviu a sugestão e encaminhou toda a sua estratégia no sentido de praticar o que lhe foi aconselhado. Mas, numa demonstração inequívoca de que o poder político está fora e não dentro do Planalto", na primeira batalha contra Antônio Carlos Magalhães, Thales sucumbiu", explicou um informante.



de crioulo doido" em Brasília, aconteceu no fim da tarde de ontem. Segundo o mesmo informante, o presidente mudou de idéia graças à interferência de seu ministro mais forte politicamente hoje, Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações.

"Os canais da negociação estão fechados, pelo menos até que as forças sejam realmente medidas na primeira votação, terça-feira", concluiu ontem um dos políticos encarregados por Sarney para abrir a negociação. "Por enquanto, os falcoes ganharam", completou o deputado. Um desses falcoes, o ministro da Habitação, Prisco Viana, disse à imprensa que ninguém foi autorizado a negociar e considerou um desres-

victo presidencialista. Arraes ouviu do presidente que a tendência no Congresso é mesmo de cinco anos com parlamentarismo e, por isso, estaria disposto a negociar. Arraes reuniu os deputados que o acompanham e os liberou, apesar de suas convicções presidencialistas.

No segundo caso, o das "pombas", está o ministro da Justiça, Paulo Brossard, que ontem reuniu os presidentes de quatro partidos com maioria sólida na Constituinte e lhes disse ter ouvido do presidente sua clara propensão ao diálogo na questão do sistema de governo. A reunião aconteceu obviamente antes que o próprio Brossard e outros políticos adeptos da negociação —

"Não é como trocar de camisa"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A tese do parlamentarismo com cinco anos de mandato para Sarney está crescendo na Constituinte, segundo admitiu ontem, pela primeira vez, o deputado Ulysses Guimarães. Apesar dessa tendência, ele recomendou cautela na tomada de decisões, explicando que trocar de sistema de governo "não é o mesmo que trocar de camisa. É um problema que deve ser meditado". Lembrou ainda que há uma situação real, "na qual temos um presidente da República, que tem um mandato conhecido, o que também é um dado de importância".

Sobre a proposta de parlamentarismo com cinco anos, Ulysses acredita que "há um processo de aproximação e eliminação", ou seja, algumas alternativas estão sendo agrupadas, outras anuladas. Até agora, o presidente da Constituinte disse não ter informações concretas da receptividade do governo quanto à tese. Mas, no encontro que teve ontem pela manhã com o ministro Paulo Brossard, da Justiça, recebeu a garantia de que o Planalto não colocará obstáculos à negociação.

"O ministro reiterou que o presidente não está intransigente e que a soberania da Constituinte é que vai decidir", disse Ulysses. Pessoalmente, ele acha que a proposta de parlamentarismo com cinco anos "está se configurando como uma conciliação entre o estrutural, ou o que vai ficar permanentemente na Constituição — sistema de governo e mandato dos demais presidentes — e o conjuntural, que é o mandato de Sarney".

Para facilitar a negociação, e

também pelo temor da falta de quórum no final de semana, ficou decidido ontem, em reunião de lideranças no gabinete de Ulysses, que o sistema de governo deverá ser votado na terça-feira. Não haverá sessão hoje e amanhã.

O otimismo de Ulysses em relação à aprovação dos cinco anos com parlamentarismo não é compartilhado por outros líderes do PMDB. Eles observam que até agora não se manifestaram os que realmente têm influência no Palácio do Planalto, como os ministros Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana e o consultor-geral Saulo Ramos.

Para os líderes e dirigentes peemedebistas, uma coisa é Paulo Brossard e outros ministros "menos duros" admitirem que o governo poderá aceitar o parlamentarismo com cinco anos para Sarney. Outra, muito diferente, é conhecer a posição de Antônio Carlos, Prisco Viana e Saulo Ramos, "que jogam duro". Esses três têm dito que o Planalto não abre mão do presidencialismo e do mandato de cinco anos — e até agora nenhum deles mudou de opinião.

Se há dificuldades de negociação com os "duros" do Planalto, há também com os do PMDB. Os senadores Mário Covas e José Richa e os deputados Euclides Scaico, Pimenta da Veiga, Antônio Brito, Miro Teixeira, Paulo Macarini, Fernando Lyra e muitos outros estão trabalhando ostensivamente contra o possível acordo que resultará no parlamentarismo com eleições em 89.

"Não apoio, não voto e trabalho contra", garantiu Covas, justificando que pretende ser "coerente com

o partido e com a opinião pública". Para o líder do PMDB na Constituinte, não é necessário outro argumento para sua defesa dos quatro anos para Sarney senão o de que 90% da população quer eleições neste ano.

Já o senador Fernando Henrique Cardoso considera que o fundamental é aprovar o parlamentarismo, "pois um ano a menos ou a mais para Sarney não tem muita importância". O deputado José Geraldo (PMDB-MG), até recentemente defensor do presidencialismo, está conversando com líderes e parlamentares de seu partido, tentando convencê-los de que a aprovação do parlamentarismo com cinco anos poderá implicar a imediata vigência do sistema — o que provocaria mudanças substanciais no governo Sarney.

Apesar do entusiasmo dos articuladores do acordo pelo parlamentarismo, o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, continua preocupado. Segundo ele, há duas trincheiras bem definidas: a do presidencialismo com cinco anos e a do parlamentarismo com quatro anos. "Convencer um lado e outro a aceitar o parlamentarismo e mandato de cinco anos não é tão fácil assim", disse, observando que não há como garantir, depois, qual o tempo de mandato que poderá prevalecer. "Na hora de apertar o botão, cada um é que vai decidir".

A votação do sistema de governo depende, agora, do fim da análise da matéria referente ao Poder Legislativo. Ontem, Ulysses informou ao presidente da República que o tema será votado apenas na terça-feira, liberando Sarney para sua viagem ao Mato Grosso.

"O presidente busca soluções, não impõe"

AGÊNCIA ESTADO

"A preocupação do presidente Sarney não é impor soluções mas, antes, buscar soluções que assegurem a paz, a tranquilidade e o desenvolvimento do País". Essa posição do presidente da República foi transmitida ontem, em Brasília, pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, aos presidentes do PMDB, Ulysses Guimarães, do PFL, Marco Maciel, do PDS, Jarbas Passarinho e do PTB, Paiva Muniz, durante uma reunião em seu gabinete que durou cerca de uma hora. A saída, Ulysses Guimarães reafirmou: "A Assembléia Constituinte é soberana e, sendo soberana, o que for escrito será no sentido de servir à Nação e à sociedade. Conseguindo uma forma, que acredito vamos conseguir, todos aceitarão, todos aceitarão".

Encerrada a reunião, o ministro da Justiça telefonou para os líderes do governo no Senado, Saldanha Derzi, e na Câmara, Carlos Sant'Anna, e ao chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes. Em seguida foi pessoalmente levar o resultado ao presidente Sarney, no Palácio da Alvorada, onde estava reunido o grupo de frente do governo na presidência sobre a Constituinte para votar o presidencialismo com cinco anos: os ministros Costa Couto, do Gabinete Civil, Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, Prisco Viana, do Desenvolvimento Urbano, Borges da Silva, da Saúde, e Iris Rezende, da Agricultura.

Na primeira reunião formal com os presidentes das maiores bancadas na Constituinte, Brossard informou que o tema predominante foi o sistema de governo, mas falou-se também nos problemas sociais e econômicos que afligem o País. Segundo Brossard, na conversa, os presidentes manifestaram preocupação de encontrar as melhores soluções para o Brasil, reconhecendo, entretanto, que a maior preocupação, é no momento, o sistema de governo.

Para o ministro da Justiça, a negociação é imaneente ao processo político nas democracias, mas não foi incisivo em responder se foi iniciado um novo processo de negociação com os presidentes dos maiores partidos. Segundo ele, a negociação nunca acaba, porque é permanente.

Já Ulysses Guimarães preferiu passar uma idéia de tranqüilidade, restando a palavra impasse por não considerar que ela pertença a quem pratica a política. Para o presidente Ulysses Guimarães, o Congresso existe justamente para resolver impasses e foi extremamente importante a declaração do presidente Sarney, de que não há de sua parte intransigência quanto ao sistema de governo.

Quanto à possibilidade de acordo sobre o sistema de governo, Ulysses Guimarães disse que este assunto está entregue aos constituintes, às lideranças e que todos estão debruçados sobre esse problema para encontrar a solução que atenda os reclamos da sociedade. O presidente do PFL, Marco Maciel, disse que não está fechada a posição sobre o sistema de governo, porque o acordo não é fácil. Ele entende que é preciso negociar para fazer uma Constituição que represente as diferentes tendências do País. Jarbas Passarinho do PDS, informou que Brossard não trouxe nenhuma proposta do governo mas transmitiu que respeita a soberania da Constituinte e o presidente, como qualquer cidadão, tem o direito de expressar suas preferências, sem colocar esses dados na mesa com intransigência.

Cinco Anos

Ao chegar a Porto Alegre, à tarde, o ministro Paulo Brossard negou que as declarações dos ministros militares e do presidente José Sarney, pelos cinco anos de mandato presidencial, sejam advertências ou pressões sobre os constituintes. Brossard disse que não há o menor risco de retrocesso institucional. "Até hoje, mesmo com todos os esforços que algumas pessoas fazem, não houve nenhum retrocesso. E ninguém vê isso".

Para o ministro, o prazo de cinco anos de mandato para o presidente Sarney é o que mais convém, "não sobre o prisma imediato, mas numa perspectiva mais larga". "O interesse pelos cinco anos não é do governo, mas da Nação. Não gosto de fazer previsões, mas é evidente, sobre todas as luzes, ser esta a solução que mais convém ao País".

A mediocridade assusta Sobral

"Estou horrorizado com a mediocridade e a incapacidade dos homens públicos", disse ontem no Rio o jurista Sobral Pinto. Aos 94 anos, Sobral entende que nunca houve "crise moral como essa", e criticou principalmente os constituintes: "Eles não entendem nada de regime de governo. Não têm a menor noção do que deve ser uma Constituição. Cada um está pensando no seu próprio interesse. Não está pensando no interesse da Pátria". Condenou também os "marajás", "que estão pensando no interesse pessoal e não no da coletividade". Recentemente, Sobral Pinto recusou pensão de Cr\$ 100 mil proposta pelo governador do Rio, Moreira Franco.

Apesar de tudo, o jurista não perde a esperança e acha que tudo será superado, embora não saiba se viverá a fase melhor.

Parlamentarismo e economia estável

LUÍS EULÁLIO DE BUENO VIDIGAL FILHO

A economia brasileira segue os tortuosos caminhos da política e, como tal, movimenta-se em ritmo de gangorra. Períodos de crescimento acelerado cedem lugar a crises sucessivas, em intervalos que se tornam cada vez menores, numa clara indicação de que a permanência do status quo do sistema de governo não levará, inevitavelmente, a uma crise de difícil superação.

A crise de governabilidade por que passa o País atinge profundamente os setores econômicos, na medida em que os impasses entre os poderes Executivo e Legislativo acabam polarizando as grandes decisões, ocasionando, entre outros fatores, falta de perspectiva para os investimentos, ausência de um programa coerente de metas econômicas, retraimento dos capitais internacionais, além de grande balbúrdia e instabilidade. As reformas

fundamentais que se fazem necessárias — nos campos fiscal, tributário, contenção do déficit público, modernização da máquina estatal, privatização e diminuição de interferência do Estado na economia — transformam-se em simples intenções, relegadas ao plano do discurso retórico.

Essas são algumas das razões que estão a justificar uma imediata alteração no nosso sistema de governo. O País não agüenta mais suportar as periódicas crises políticas que têm travancado seu desenvolvimento, sob o regime presidencialista. Afinal de contas, se somarmos as crises periódicas, espelhadas nos movimentos golpistas, revoluções e rupturas que paralisaram a dinâmica política, contabilizarmos mais de 50 anos de turbulência, o que, convenhamos, é muito, para quase 100 anos de Constituição republicana.

O parlamentarismo, sob a perspectiva dos imensos impasses que

já começam a mostrar seus contornos, apresenta-se como o sistema de governo mais adequado para o País. O regime parlamentarista fundamenta-se, sobretudo, na base de uma dinâmica social, que exprime avanços, pressões, campos de interesses e entrecruço de idéias. Fraturada a base política do governo, por ruptura conjuntural, alteram-se as forças da composição política, mas permanece imutável a estabilidade das instituições. Essa é, a nosso ver, a substância das modernas democracias, ou seja, a possibilidade das mudanças no sistema de poder, sem que isso chegue a arruinar a credibilidade dos políticos e das instituições.

O parlamentarismo oferece lastro para o diálogo permanente, condição necessária para o equilíbrio entre poderes constituídos. A negociação entre Executivo e Legislativo, feita de modo construtivo e assentada em alianças e compromissos entre partidos, alarga os ho-

rizontes de estabilidade. Não tem sentido dizer-se que não amadurecemos para o parlamentarismo. A crise está aí e ela é, essencialmente, uma crise presidencialista. Percebemos que tem sido muito difícil o jogo de negociações, porque, no meio, há a figura imperial do presidente da República. O que mais choca é o fato de que nem o presidente está exercendo seu poder, nem o Legislativo está conseguindo apresentar-se, de maneira soberana e livre, tão grandes são as pressões.

Para dar um exemplo das vantagens do sistema para a economia, seria mais lógico se o pacote fiscal, baixado pelo governo, tivesse sido, antes, negociado no Parlamento. Não haveria confrontos, como está ocorrendo, e o governo não passaria pelo constrangimento de usar o decreto-lei. A discussão econômica é saudável e bem-vinda ao empresário. É mais benéfica uma política econômica acertada entre os

poderes Legislativo, Executivo, empresarial e as forças sociais que a norma imposta, de cima para baixo. Norma que, aliás, pode mudar, como estamos cansados de constatar.

O momento para o parlamentarismo é este. Nem precisaríamos chegar a um parlamentarismo puro do tipo inglês. Teríamos de adaptá-lo às condições brasileiras, reformando-se os partidos e as regras eleitorais. Para a economia, o sistema só fará bem. Além do mais, com o sistema parlamentarista, o empresário poderá respirar mais tranqüilo, planejar a longo prazo, investir maciçamente, porque saberá que as eventuais crises políticas jamais chegarão a abalar o alicerce das instituições e as bases da economia.

Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho é primeiro vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria e vice-presidente do grupo Cobrasma.

Flat Service é com So Flat
Tel.: (011) 542-8999 - Cxcl 23350